



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO	<div>ESTADO DE RONDÔNIA Assembleia Legislativa 22 FEV 2022 Protocolo: 1648/22 Processo: 1648/22</div>	PROJETO DE LEI	1539/22
	AUTOR: DEPUTADO ALAN QUEIROZ – PSDB		
<p>Dispõe sobre o parcelamento de Imposto sobre Propriedades de Veículos Automotores – IPVA em até 5 (cinco) vezes no âmbito do Estado de Rondônia.</p> <p>A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA decreta:</p> <p>Art. 1º Os créditos tributários relativos ao Imposto sobre Propriedades de Veículos Automotores – IPVA, vencidos e não vencidos, não inscritos em dívida ativa, poderão ser parcelados em até cinco parcelas, mensais, iguais e sucessivas.</p> <p>Art. 2º A concessão do licenciamento de veículo automotor pelo DETRAN/RO poderá ser realizada após o pagamento da primeira parcela relativa ao parcelamento de que trata esta Lei.</p> <p>Art. 3º O crédito tributário a ser parcelado será consolidado na data do pedido do parcelamento, com todos os acréscimos previsto na legislação, inclusive multa, juros e demais encargos, observando-se as seguintes condições:</p> <p>I - o valor mínimo de cada parcela não poderá ser inferior a 1 (uma) Unidade Padrão Fiscal de Rondônia UPF/RO;</p> <p>II - o crédito tributário objeto de parcelamento sujeitar-se-á, a partir do mês subsequente ao da sua formalização, a juros de mora, correspondente ao somatório da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC;</p> <p>III - o pagamento da primeira parcela deverá ser realizado até o primeiro dia útil seguinte àquele em que o pedido de parcelamento for cadastrado;</p> <p>IV - as demais parcelas deverão ser pagas até o último dia útil dos meses subsequentes;</p>			



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	
	AUTOR: DEPUTADO ALAN QUEIROZ – PSDB		
<p>V - para o pedido de parcelamento efetuado no último dia útil do mês, o vencimento da primeira parcela ocorrerá no mesmo dia; e</p> <p>VI - a formalização do parcelamento deverá ser realizada no sítio da Secretaria de Estado de Finanças – SEFIN, no endereço eletrônico www.sefin.ro.gov.br, devendo o pedido ser subscrito pelo solicitante, devidamente identificado, efetuados individualmente por veículo automotor, mediante a indicação do respectivo Registro Nacional de Veículos Automotores – RENAVAM.</p> <p>Parágrafo único. O parcelamento que trata esta Lei não enseja a restituição ou a compensação de importâncias já recolhidas.</p> <p>Art. 4º Acarretará rescisão do parcelamento:</p> <p>I - o inadimplemento de três parcelas, consecutivas ou não, ou de valor equivalente a 3 (três) parcelas;</p> <p>II - o inadimplemento de quaisquer das 2 (duas) últimas parcelas ou do saldo residual, por prazo superior a 60 (sessenta) dias.</p> <p>Parágrafo único. A homologação do parcelamento ocorrerá mediante o pagamento da primeira parcela.</p> <p>Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p>Plenário das Deliberações, 15 de fevereiro de 2022.</p> <p>Deputado ALAN QUEIROZ PSDB</p>			



Assimilador Legislativo do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	
	AUTOR: DEPUTADO ALAN QUEIROZ – PSDB		
<p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>Senhoras e Senhores Deputados,</p> <p>O Projeto de Lei propõe meios de enfrentamento da crise econômica que vem se agravando em razão da Pandemia, medida importante que se justifica como esforço econômico em alinhamento com o plano de ação e contingenciamento adotado pelo Governo do Estado de Rondônia para o efetivo enfrentamento da pandemia causada pelo coronavírus (COVID-19), visando assim oportunizar aos Rondonienses uma nova forma de regularização de seus veículos.</p> <p>Destacamos que os impactos ocasionados pela Pandemia transcendem a saúde pública, afetando diretamente a economia, considerando fundamental os esforços que busquem minimizar o sofrimento e os impactos causados pelo coronavírus.</p> <p>O Projeto de Lei sugerido busca contribuir para a preservação da saúde financeira do rondoniense e do Estado de Rondônia, pois o parcelamento irá oportunizar que o contribuinte fique adimplente com os cofres públicos, preservando também a saúde financeira do contribuinte, possibilitando ao mesmo diluir por um prazo maior essa responsabilidade tributária.</p> <p>Por fim, vale ressaltar que vários estados da federação já apresentaram e sancionaram leis nesse sentido, visando contribuir e minimizar com os impactos ocasionados pela pandemia.</p> <p>Diante do exposto, solicito o apoio e o voto dos Nobres Pares para aprovação deste Projeto de Lei.</p> <div style="text-align: right;"></div>			